

 Interligação Elétrica Aimorés S.A. CNPJ nº 26.707.830/0001-47																																																																																																																																																																																																																															
Relatório da Administração (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)																																																																																																																																																																																																																															
A Administração da Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.																																																																																																																																																																																																																															
A Companhia A Aimorés é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de novembro de 2016, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado de Minas Gerais, proveniente do Leilão ANEEL nº 13/2015. Possui o controle compartilhado da Aimorés, por meio de Acordo de Acionistas a: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") - 50% e Isa Energia Brasil S.A. ("Isa Brasil") - 50%.																																																																																																																																																																																																																															
Desempenho Financeiro <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita operacional líquida</td> <td>130.806</td> <td>142.329</td> </tr> <tr> <td>EBITDA</td> <td>123.916</td> <td>143.361</td> </tr> <tr> <td>Margem EBITDA</td> <td>94,73%</td> <td>100,73%</td> </tr> </tbody> </table>					31/12/2025	31/12/2024	Receita operacional líquida	130.806	142.329	EBITDA	123.916	143.361	Margem EBITDA	94,73%	100,73%																																																																																																																																																																																																																
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																													
Receita operacional líquida	130.806	142.329																																																																																																																																																																																																																													
EBITDA	123.916	143.361																																																																																																																																																																																																																													
Margem EBITDA	94,73%	100,73%																																																																																																																																																																																																																													
Reconciliação do EBITDA <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>92.302</td> <td>122.272</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro</td> <td>14.892</td> <td>(1.392)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>16.602</td> <td>22.356</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>120</td> <td>125</td> </tr> <tr> <td>EBITDA</td> <td>123.916</td> <td>143.361</td> </tr> </tbody> </table>					31/12/2025	31/12/2024	Lucro líquido do exercício	92.302	122.272	Resultado financeiro	14.892	(1.392)	Imposto de renda e contribuição social	16.602	22.356	Depreciação e amortização	120	125	EBITDA	123.916	143.361																																																																																																																																																																																																										
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																													
Lucro líquido do exercício	92.302	122.272																																																																																																																																																																																																																													
Resultado financeiro	14.892	(1.392)																																																																																																																																																																																																																													
Imposto de renda e contribuição social	16.602	22.356																																																																																																																																																																																																																													
Depreciação e amortização	120	125																																																																																																																																																																																																																													
EBITDA	123.916	143.361																																																																																																																																																																																																																													
EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.																																																																																																																																																																																																																															
Perfil do endividamento <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Circulante</td> <td>1.413</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>249.262</td> </tr> <tr> <td>Dívida bruta</td> <td>250.675</td> </tr> <tr> <td>(-) Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>(12.744)</td> </tr> <tr> <td>(=) Dívida líquida</td> <td>237.931</td> </tr> <tr> <td>Dívida líquida/EBITDA</td> <td>1,92</td> </tr> </tbody> </table>					31/12/2025	Circulante	1.413	Não circulante	249.262	Dívida bruta	250.675	(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.744)	(=) Dívida líquida	237.931	Dívida líquida/EBITDA	1,92																																																																																																																																																																																																														
	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																														
Circulante	1.413																																																																																																																																																																																																																														
Não circulante	249.262																																																																																																																																																																																																																														
Dívida bruta	250.675																																																																																																																																																																																																																														
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.744)																																																																																																																																																																																																																														
(=) Dívida líquida	237.931																																																																																																																																																																																																																														
Dívida líquida/EBITDA	1,92																																																																																																																																																																																																																														
Dívida líquida - A dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos o caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.																																																																																																																																																																																																																															
Governança Corporativa A Taesa realiza atividades administrativas da Aimorés e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.																																																																																																																																																																																																																															
Sistema de Gestão A Aimorés, respaldada pela Alta Direção e por seus colaboradores, reafirma seu compromisso com o sistema de gestão que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Como diretrizes organizacionais, estabelece o cumprimento dos requisitos legais, regulatórios e contratuais aplicáveis, bem como a busca pela excelência e pela melhoria contínua de suas práticas e processos, direcionados à execução de serviços de operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia elétrica.																																																																																																																																																																																																																															
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Nota 31/12/2025</th> <th colspan="2">31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ativos circulantes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>4</td> <td>12.744</td> <td>16.163</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de concessionárias e permissionárias</td> <td>5</td> <td>11.651</td> <td>11.133</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ativo de contrato de concessão</td> <td>6</td> <td>97.879</td> <td>93.311</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições sociais correntes</td> <td>7</td> <td>1.264</td> <td>4.915</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras contas a receber</td> <td></td> <td>128</td> <td>1.650</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total dos ativos circulantes</td> <td></td> <td>123.666</td> <td>127.172</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ativos não circulantes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depósitos judiciais</td> <td></td> <td>1.941</td> <td>1.859</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de concessionárias e permissionárias</td> <td>5</td> <td>477</td> <td>815</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ativo de contrato de concessão</td> <td>6</td> <td>995.918</td> <td>971.809</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras contas a receber</td> <td></td> <td>2</td> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Direito de uso</td> <td></td> <td>107</td> <td>145</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td></td> <td>494</td> <td>576</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total dos ativos não circulantes</td> <td></td> <td>998.939</td> <td>975.204</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total dos ativos</td> <td></td> <td>1.122.605</td> <td>1.102.376</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="5">As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.</td> </tr> <tr> <td>Passivos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Passivos circulantes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>10</td> <td>9.302</td> <td>10.646</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>12</td> <td>1.413</td> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Passivo de arrendamento</td> <td></td> <td>46</td> <td>46</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Taxas regulamentares</td> <td></td> <td>1.408</td> <td>1.039</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições sociais correntes</td> <td>7</td> <td>16.876</td> <td>10.371</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos a pagar</td> <td>11</td> <td>-</td> <td>37.422</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td></td> <td>960</td> <td>1.457</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total dos passivos circulantes</td> <td></td> <td>30.005</td> <td>60.981</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Passivos não circulantes</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>12</td> <td>249.262</td> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Passivo de arrendamento</td> <td></td> <td>74</td> <td>109</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisões para riscos judiciais</td> <td>13</td> <td>4.124</td> <td>3.029</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições sociais diferidos</td> <td>8</td> <td>218.919</td> <td>221.865</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tributos indiretos diferidos</td> <td>9</td> <td>100.071</td> <td>97.497</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td></td> <td>4.153</td> <td>5.844</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total dos passivos não circulantes</td> <td></td> <td>576.803</td> <td>328.344</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total dos passivos</td> <td></td> <td>606.608</td> <td>389.325</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td></td> <td>395.400</td> <td>395.400</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reserva de lucros</td> <td></td> <td>120.597</td> <td>317.651</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total do patrimônio líquido</td> <td>14</td> <td>515.997</td> <td>713.051</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total dos passivos e do patrimônio líquido</td> <td></td> <td>1.122.605</td> <td>1.102.376</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="5">As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.</td> </tr> </tbody> </table>					Nota 31/12/2025		31/12/2024		Ativos					Ativos circulantes					Caixa e equivalentes de caixa	4	12.744	16.163		Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	11.651	11.133		Ativo de contrato de concessão	6	97.879	93.311		Impostos e contribuições sociais correntes	7	1.264	4.915		Outras contas a receber		128	1.650		Total dos ativos circulantes		123.666	127.172		Ativos não circulantes					Depósitos judiciais		1.941	1.859		Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	477	815		Ativo de contrato de concessão	6	995.918	971.809		Outras contas a receber		2	-		Direito de uso		107	145		Imobilizado		494	576		Total dos ativos não circulantes		998.939	975.204		Total dos ativos		1.122.605	1.102.376		As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.					Passivos					Passivos circulantes					Fornecedores	10	9.302	10.646		Debêntures	12	1.413	-		Passivo de arrendamento		46	46		Taxas regulamentares		1.408	1.039		Impostos e contribuições sociais correntes	7	16.876	10.371		Dividendos a pagar	11	-	37.422		Outras contas a pagar		960	1.457		Total dos passivos circulantes		30.005	60.981		Passivos não circulantes					Debêntures	12	249.262	-		Passivo de arrendamento		74	109		Provisões para riscos judiciais	13	4.124	3.029		Impostos e contribuições sociais diferidos	8	218.919	221.865		Tributos indiretos diferidos	9	100.071	97.497		Outras contas a pagar		4.153	5.844		Total dos passivos não circulantes		576.803	328.344		Total dos passivos		606.608	389.325		Patrimônio líquido					Capital social		395.400	395.400		Reserva de lucros		120.597	317.651		Total do patrimônio líquido	14	515.997	713.051		Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.122.605	1.102.376		As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.				
	Nota 31/12/2025		31/12/2024																																																																																																																																																																																																																												
Ativos																																																																																																																																																																																																																															
Ativos circulantes																																																																																																																																																																																																																															
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.744	16.163																																																																																																																																																																																																																												
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	11.651	11.133																																																																																																																																																																																																																												
Ativo de contrato de concessão	6	97.879	93.311																																																																																																																																																																																																																												
Impostos e contribuições sociais correntes	7	1.264	4.915																																																																																																																																																																																																																												
Outras contas a receber		128	1.650																																																																																																																																																																																																																												
Total dos ativos circulantes		123.666	127.172																																																																																																																																																																																																																												
Ativos não circulantes																																																																																																																																																																																																																															
Depósitos judiciais		1.941	1.859																																																																																																																																																																																																																												
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	477	815																																																																																																																																																																																																																												
Ativo de contrato de concessão	6	995.918	971.809																																																																																																																																																																																																																												
Outras contas a receber		2	-																																																																																																																																																																																																																												
Direito de uso		107	145																																																																																																																																																																																																																												
Imobilizado		494	576																																																																																																																																																																																																																												
Total dos ativos não circulantes		998.939	975.204																																																																																																																																																																																																																												
Total dos ativos		1.122.605	1.102.376																																																																																																																																																																																																																												
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																															
Passivos																																																																																																																																																																																																																															
Passivos circulantes																																																																																																																																																																																																																															
Fornecedores	10	9.302	10.646																																																																																																																																																																																																																												
Debêntures	12	1.413	-																																																																																																																																																																																																																												
Passivo de arrendamento		46	46																																																																																																																																																																																																																												
Taxas regulamentares		1.408	1.039																																																																																																																																																																																																																												
Impostos e contribuições sociais correntes	7	16.876	10.371																																																																																																																																																																																																																												
Dividendos a pagar	11	-	37.422																																																																																																																																																																																																																												
Outras contas a pagar		960	1.457																																																																																																																																																																																																																												
Total dos passivos circulantes		30.005	60.981																																																																																																																																																																																																																												
Passivos não circulantes																																																																																																																																																																																																																															
Debêntures	12	249.262	-																																																																																																																																																																																																																												
Passivo de arrendamento		74	109																																																																																																																																																																																																																												
Provisões para riscos judiciais	13	4.124	3.029																																																																																																																																																																																																																												
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	218.919	221.865																																																																																																																																																																																																																												
Tributos indiretos diferidos	9	100.071	97.497																																																																																																																																																																																																																												
Outras contas a pagar		4.153	5.844																																																																																																																																																																																																																												
Total dos passivos não circulantes		576.803	328.344																																																																																																																																																																																																																												
Total dos passivos		606.608	389.325																																																																																																																																																																																																																												
Patrimônio líquido																																																																																																																																																																																																																															
Capital social		395.400	395.400																																																																																																																																																																																																																												
Reserva de lucros		120.597	317.651																																																																																																																																																																																																																												
Total do patrimônio líquido	14	515.997	713.051																																																																																																																																																																																																																												
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.122.605	1.102.376																																																																																																																																																																																																																												
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																															
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Nota</th> <th colspan="2">31/12/2025</th> <th colspan="2">31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2023</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos intermediários pagos</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>122.272</td> <td>122.272</td> </tr> <tr> <td>Destinação do lucro líquido do exercício:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos intercalares pagos</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(21.353)</td> <td>(21.353)</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre capital próprio pagos</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(44.028)</td> <td>(44.028)</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td></td> <td></td> <td>6.114</td> <td>-</td> <td>(6.114)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva de incentivo fiscal</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>11.877</td> <td>(11.877)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva de lucros a realizar</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(38.902)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2024</td> <td>14</td> <td></td> <td>395.400</td> <td>29.259</td> <td>27.146</td> <td>97.772</td> </tr> <tr> <td>Dividendos intermediários pagos</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(69.570)</td> <td>(163.474)</td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>92.302</td> </tr> <tr> <td>Destinação do lucro líquido do exercício:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos intercalares pagos</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(56.312)</td> <td>(56.312)</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre capital próprio pagos</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(20.615)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td></td> <td></td> <td>4.615</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva de incentivo fiscal</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>20.407</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Reserva de lucros a realizar</td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(10.968)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2025</td> <td>14</td> <td></td> <td>395.400</td> <td>33.874</td> <td>47.553</td> <td>39.170</td> </tr> <tr> <td colspan="7">As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.</td> </tr> </tbody> </table>					Nota		31/12/2025		31/12/2024		Saldos em 31 de dezembro de 2023							Dividendos intermediários pagos			-	-	-	-	Lucro líquido do exercício			-	-	122.272	122.272	Destinação do lucro líquido do exercício:							Dividendos intercalares pagos			-	-	(21.353)	(21.353)	Juros sobre capital próprio pagos			-	-	(44.028)	(44.028)	Reserva legal			6.114	-	(6.114)	-	Reserva de incentivo fiscal			-	11.877	(11.877)	-	Reserva de lucros a realizar			-	-	(38.902)	-	Saldos em 31 de dezembro de 2024	14		395.400	29.259	27.146	97.772	Dividendos intermediários pagos			-	-	(69.570)	(163.474)	Lucro líquido do exercício			-	-	-	92.302	Destinação do lucro líquido do exercício:							Dividendos intercalares pagos			-	-	(56.312)	(56.312)	Juros sobre capital próprio pagos			-	-	(20.615)	-	Reserva legal			4.615	-	-	-	Reserva de incentivo fiscal			-	20.407	-	-	Reserva de lucros a realizar			-	-	(10.968)	-	Saldos em 31 de dezembro de 2025	14		395.400	33.874	47.553	39.170	As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																															
	Nota		31/12/2025		31/12/2024																																																																																																																																																																																																																										
Saldos em 31 de dezembro de 2023																																																																																																																																																																																																																															
Dividendos intermediários pagos			-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																									
Lucro líquido do exercício			-	-	122.272	122.272																																																																																																																																																																																																																									
Destinação do lucro líquido do exercício:																																																																																																																																																																																																																															
Dividendos intercalares pagos			-	-	(21.353)	(21.353)																																																																																																																																																																																																																									
Juros sobre capital próprio pagos			-	-	(44.028)	(44.028)																																																																																																																																																																																																																									
Reserva legal			6.114	-	(6.114)	-																																																																																																																																																																																																																									
Reserva de incentivo fiscal			-	11.877	(11.877)	-																																																																																																																																																																																																																									
Reserva de lucros a realizar			-	-	(38.902)	-																																																																																																																																																																																																																									
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14		395.400	29.259	27.146	97.772																																																																																																																																																																																																																									
Dividendos intermediários pagos			-	-	(69.570)	(163.474)																																																																																																																																																																																																																									
Lucro líquido do exercício			-	-	-	92.302																																																																																																																																																																																																																									
Destinação do lucro líquido do exercício:																																																																																																																																																																																																																															
Dividendos intercalares pagos			-	-	(56.312)	(56.312)																																																																																																																																																																																																																									
Juros sobre capital próprio pagos			-	-	(20.615)	-																																																																																																																																																																																																																									
Reserva legal			4.615	-	-	-																																																																																																																																																																																																																									
Reserva de incentivo fiscal			-	20.407	-	-																																																																																																																																																																																																																									
Reserva de lucros a realizar			-	-	(10.968)	-																																																																																																																																																																																																																									
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14		395.400	33.874	47.553	39.170																																																																																																																																																																																																																									
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																															
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)																																																																																																																																																																																																																															
1. INFORMAÇÕES GERAIS A Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de novembro de 2016, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social: A Companhia detém a concessão para a implantação, operação e manutenção da linha de transmissão Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2 em 500 kV, com extensão aproximada de 208 km, localizada no estado Minas Gerais, nos termos do contrato de concessão nº 04/2017 e 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia entrou em operação em 01 de maio de 2022. Controladores - Possuem o controle em conjunto da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") e Isa Energia Brasil S.A. ("Isa Brasil"). Nos termos do Despacho nº 2.833/2024, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 01 de outubro de 2024, a ANEEL, profereu decisão no sentido de dar provimento parcial ao pedido de excludente de responsabilidade interposto pela Aimorés, cujos efeitos são: (i) recomposição do prazo contratual em 55 (cinquenta e cinco) dias; e (ii) determinação para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS recontabilize as Parcelas Variáveis por Atraso na Entrada em Operação - PVA das instalações outorgadas pelo Contrato de Concessão nº 04/2017-ANEEL. A recomposição do prazo contratual foi formalizada por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato de concessão em 13 de maio de 2025.																																																																																																																																																																																																																															
2. BASE DE PREPARAÇÃO 2.1. Declaração de conformidade: A Administração da Companhia aprovou em 26 de março de 2026 as presentes demonstrações financeiras que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base no pressuposto da continuidade. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar, operar e manter as infraestruturas de transmissão). A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção. O direito à contraprestação por bens e serviços depende do cumprimento das obrigações de desempenho, não apenas da passagem do tempo. Dessa forma, as contraprestações são inicialmente reconhecidas como ativo de contrato e, à medida que as obrigações são atendidas, são reclassificadas para contas a receber de clientes (realização). A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável, quando aplicável, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro atribuída à obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativas sobre investimentos e recebimentos. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos de recebíveis revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação por parcela variável. Quando a concessionária presta serviços de																																																																																																																																																																																																																															
operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. b) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. e) Provisões para riscos judiciais - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. f) Arrendamentos - A Companhia tem contratos de arrendamento de longo prazo com o objetivo de arrendar terrenos e instalações com base a norma CPC 06 - R2 aplica o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia mensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento, para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são ditados pelo desempenho de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber das PCE) - O ajuste para PCE e baixas efetivas são registrados com base na melhor expectativa da administração e aderentes às normas de contabilidade CPC 48. A Companhia estima a PCE analisando integralmente os saldos a receber e realizando avaliação individual dos devedores, incluindo iniciativas de cobrança em andamento. Já a baixa efetiva é reconhecida quando há risco concreto de não realização dos créditos, considerando fatores como data de agendamento de cartão, histórico de inadimplência e situação específica de cada cliente. 2.5. Sazonalidade: A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.																																																																																																																																																																																																																															
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS 3.1. Reconhecimento de receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, aplicação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem. A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 7,85% ao ano. c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos no contrato de concessão. d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica. O reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. 3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e																																																																																																																																																																																																																															
Demonstração do resultado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Nota 31/12/2025</th> <th colspan="2">31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas</td> <td></td> <td>48.538</td> <td>62.257</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Remuneração do ativo contrato de concessão</td> <td></td> <td>82.268</td> <td>80.072</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita operacional líquida</td> <td>17</td> <td>130.806</td> <td>142.329</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custos operacionais</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pessoal</td> <td></td> <td>(1.136)</td> <td>(1.507)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Material</td> <td></td> <td>(566)</td> <td>(160)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td></td> <td>(38)</td> <td>(41)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td></td> <td>(1.877)</td> <td>(1.065)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros (custos) receitas operacionais</td> <td></td> <td>(114)</td> <td>8.381</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro Bruto</td> <td>18</td> <td>(3.731)</td> <td>5.608</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pessoal</td> <td></td> <td>(1.865)</td> <td>(2.112)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td></td> <td>(922)</td> <td>(479)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td></td> <td>(62)</td> <td>(84)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras despesas operacionais</td> <td></td> <td>(410)</td> <td>(2.026)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, dos impostos e contribuições</td> <td></td> <td>123.796</td> <td>143.236</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td></td> <td>4.909</td> <td>2.108</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td></td> <td>(19.801)</td> <td>(716)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas (despesas) financeiras líquidas</td> <td>19</td> <td>(14.892)</td> <td>1.392</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro antes dos impostos e contribuições</td> <td></td> <td>108.904</td> <td>144.628</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social correntes</td> <td></td> <td>(19.548)</td> <td>(4.348)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td> <td></td> <td>2.946</td> <td>(18.008)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>20</td> <td>(16.602)</td> <td>(22.356)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td></td> <td>92.302</td> <td>122.272</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Nota 31/12/2025		31/12/2024		Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		48.538	62.257		Remuneração do ativo contrato de concessão		82.268	80.072		Receita operacional líquida	17	130.806	142.329		Custos operacionais					Pessoal		(1.136)	(1.507)		Material		(566)	(160)		Depreciação e amortização		(38)	(41)		Serviços de terceiros		(1.877)	(1.065)		Outros (custos) receitas operacionais		(114)	8.381		Lucro Bruto	18	(3.731)	5.608		Despesas gerais e administrativas					Pessoal		(1.865)	(2.112)		Serviços de terceiros		(922)	(479)		Depreciação e amortização		(62)	(84)		Outras despesas operacionais		(410)	(2.026)		Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, dos impostos e contribuições		123.796	143.236		Receitas financeiras		4.909	2.108		Despesas financeiras		(19.801)	(716)		Receitas (despesas) financeiras líquidas	19	(14.892)	1.392		Lucro antes dos impostos e contribuições		108.904	144.628		Imposto de renda e contribuição social correntes		(19.548)	(4.348)		Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.946	(18.008)		Imposto de renda e contribuição social	20	(16.602)	(22.356)		Lucro líquido do exercício		92.302	122.272																																																																																																
	Nota 31/12/2025		31/12/2024																																																																																																																																																																																																																												
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		48.538	62.257																																																																																																																																																																																																																												
Remuneração do ativo contrato de concessão		82.268	80.072																																																																																																																																																																																																																												
Receita operacional líquida	17	130.806	142.329																																																																																																																																																																																																																												
Custos operacionais																																																																																																																																																																																																																															
Pessoal		(1.136)	(1.507)																																																																																																																																																																																																																												
Material		(566)	(160)																																																																																																																																																																																																																												
Depreciação e amortização		(38)	(41)																																																																																																																																																																																																																												
Serviços de terceiros		(1.877)	(1.065)																																																																																																																																																																																																																												
Outros (custos) receitas operacionais		(114)	8.381																																																																																																																																																																																																																												
Lucro Bruto	18	(3.731)	5.608																																																																																																																																																																																																																												
Despesas gerais e administrativas																																																																																																																																																																																																																															
Pessoal		(1.865)	(2.112)																																																																																																																																																																																																																												
Serviços de terceiros		(922)	(479)																																																																																																																																																																																																																												
Depreciação e amortização		(62)	(84)																																																																																																																																																																																																																												
Outras despesas operacionais		(410)	(2.026)																																																																																																																																																																																																																												
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, dos impostos e contribuições		123.796	143.236																																																																																																																																																																																																																												
Receitas financeiras		4.909	2.108																																																																																																																																																																																																																												
Despesas financeiras		(19.801)	(716)																																																																																																																																																																																																																												
Receitas (despesas) financeiras líquidas	19	(14.892)	1.392																																																																																																																																																																																																																												
Lucro antes dos impostos e contribuições		108.904	144.628																																																																																																																																																																																																																												
Imposto de renda e contribuição social correntes		(19.548)	(4.348)																																																																																																																																																																																																																												
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.946	(18.008)																																																																																																																																																																																																																												
Imposto de renda e contribuição social	20	(16.602)	(22.356)																																																																																																																																																																																																																												
Lucro líquido do exercício		92.302	122.272																																																																																																																																																																																																																												
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																															
Demonstração do resultado abrangente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Nota 31/12/2025</th> <th colspan="2">31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td></td> <td>92.302</td> <td>122.272</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Resultado abrangente total do exercício</td> <td></td> <td>92.302</td> <td>122.272</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Nota 31/12/2025		31/12/2024		Lucro líquido do exercício		92.302	122.272		Resultado abrangente total do exercício		92.302	122.272																																																																																																																																																																																																														
	Nota 31/12/2025		31/12/2024																																																																																																																																																																																																																												
Lucro líquido do exercício		92.302	122.272																																																																																																																																																																																																																												
Resultado abrangente total do exercício		92.302	122.272																																																																																																																																																																																																																												
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.																																																																																																																																																																																																																															
Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Nota 31/12/2025</th> <th colspan="2">31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades operacionais</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td></td> <td>92.302</td> <td>122.272</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ajustes para:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>18</td> <td>120</td> <td>125</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisões para riscos judiciais</td> <td>13</td> <td>1.193</td> <td>922</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros sobre passivo de arrendamento</td> <td></td> <td>11</td> <td>14</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social correntes</td> <td></td> <td>7</td> <td>19.548</td> <td>4.348</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td> <td>8</td> <td>(2.946)</td> <td>(18.008)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tributos diferidos</td> <td>9</td> <td>2.573</td> <td>3.192</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Remuneração do ativo de contrato de concessão</td> <td>6</td> <td>(82.268)</td> <td>(80.072)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Correção monetária do ativo de contrato de concessão</td> <td>6</td> <td>(45.226)</td> <td>(53.517)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros e variação monetária sobre debêntures</td> <td>12</td> <td>19.574</td> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reversão para parcela variável</td> <td></td> <td>-</td> <td>(7.611)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reversão de atualização monetária de depósitos judiciais</td> <td></td> <td></td> <td>(57)</td> <td>(62)</td> </tr> <tr> <td>Despesa de atualização monetária de provisões para riscos judiciais</td> <td>13</td> <td>236</td> <td>350</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reversão de multa PVA</td> <td>18</td> <td>-</td> <td>(8.500)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Perdas de Crédito Esperadas</td> <td>18</td> <td>437</td> <td>1.800</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aumento (redução) de ativos</td> <td></td> <td>5.497</td> <td>1.269</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de concessionárias e permissionárias, e do ativo de contrato de concessão</td> <td></td> <td>98.637</td> <td>92.007</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo</td> <td></td> <td>(4.113)</td> <td>3.195</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros créditos</td> <td></td> <td>1.058</td> <td>2.301</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aumento (redução) de passivos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td></td> <td>(1.344)</td> <td>(3.114)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Taxas regulamentares</td> <td></td> <td>369</td> <td>416</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td></td> <td>(2.521)</td> <td>(3.410)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros passivos</td> <td></td> <td>92.086</td> <td>91.295</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa gerado pelas atividades operacionais</td> <td></td> <td>97.583</td> <td>97.364</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social pagos</td> <td></td> <td>(5.279)</td> <td>(8.252)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</td> <td></td> <td>92.304</td> <td>82.839</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Captação de debêntures, líquido do custo de captação</td> <td>12</td> <td>249.005</td> <td>-</td></tr></tbody></table>					Nota 31/12/2025		31/12/2024		Fluxo de caixa das atividades operacionais					Lucro líquido do exercício		92.302	122.272		Ajustes para:					Depreciação e amortização	18	120	125		Provisões para riscos judiciais	13	1.193	922		Juros sobre passivo de arrendamento		11	14		Imposto de renda e contribuição social correntes		7	19.548	4.348	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(2.946)	(18.008)		Tributos diferidos	9	2.573	3.192		Remuneração do ativo de contrato de concessão	6	(82.268)	(80.072)		Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6	(45.226)	(53.517)		Juros e variação monetária sobre debêntures	12	19.574	-		Reversão para parcela variável		-	(7.611)		Reversão de atualização monetária de depósitos judiciais			(57)	(62)	Despesa de atualização monetária de provisões para riscos judiciais	13	236	350		Reversão de multa PVA	18	-	(8.500)		Perdas de Crédito Esperadas	18	437	1.800		Aumento (redução) de ativos		5.497	1.269		Contas a receber de concessionárias e permissionárias, e do ativo de contrato de concessão		98.637	92.007		Impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(4.113)	3.195		Outros créditos		1.058	2.301		Aumento (redução) de passivos					Fornecedores		(1.344)	(3.114)		Taxas regulamentares		369	416		Outras contas a pagar		(2.521)	(3.410)		Outros passivos		92.086	91.295		Caixa gerado pelas atividades operacionais		97.583	97.364		Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.279)	(8.252)		Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		92.304	82.839		Fluxo de caixa das atividades de financiamento					Captação de debêntures, líquido do custo de captação	12	249.005	-																																																													
	Nota 31/12/2025		31/12/2024																																																																																																																																																																																																																												
Fluxo de caixa das atividades operacionais																																																																																																																																																																																																																															
Lucro líquido do exercício		92.302	122.272																																																																																																																																																																																																																												
Ajustes para:																																																																																																																																																																																																																															
Depreciação e amortização	18	120	125																																																																																																																																																																																																																												
Provisões para riscos judiciais	13	1.193	922																																																																																																																																																																																																																												
Juros sobre passivo de arrendamento		11	14																																																																																																																																																																																																																												
Imposto de renda e contribuição social correntes		7	19.548	4.348																																																																																																																																																																																																																											
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(2.946)	(18.008)																																																																																																																																																																																																																												
Tributos diferidos	9	2.573	3.192																																																																																																																																																																																																																												
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6	(82.268)	(80.072)																																																																																																																																																																																																																												
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6	(45.226)	(53.517)																																																																																																																																																																																																																												
Juros e variação monetária sobre debêntures	12	19.574	-																																																																																																																																																																																																																												
Reversão para parcela variável		-	(7.611)																																																																																																																																																																																																																												
Reversão de atualização monetária de depósitos judiciais			(57)	(62)																																																																																																																																																																																																																											
Despesa de atualização monetária de provisões para riscos judiciais	13	236	350																																																																																																																																																																																																																												
Reversão de multa PVA	18	-	(8.500)																																																																																																																																																																																																																												
Perdas de Crédito Esperadas	18	437	1.800																																																																																																																																																																																																																												
Aumento (redução) de ativos		5.497	1.269																																																																																																																																																																																																																												
Contas a receber de concessionárias e permissionárias, e do ativo de contrato de concessão		98.637	92.007																																																																																																																																																																																																																												
Impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(4.113)	3.195																																																																																																																																																																																																																												
Outros créditos		1.058	2.301																																																																																																																																																																																																																												
Aumento (redução) de passivos																																																																																																																																																																																																																															
Fornecedores		(1.344)	(3.114)																																																																																																																																																																																																																												
Taxas regulamentares		369	416																																																																																																																																																																																																																												
Outras contas a pagar		(2.521)	(3.410)																																																																																																																																																																																																																												
Outros passivos		92.086	91.295																																																																																																																																																																																																																												
Caixa gerado pelas atividades operacionais		97.583	97.364																																																																																																																																																																																																																												
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.279)	(8.252)																																																																																																																																																																																																																												
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		92.304	82.839																																																																																																																																																																																																																												
Fluxo de caixa das atividades de financiamento																																																																																																																																																																																																																															
Captação de debêntures, líquido do custo de captação	12	249.005	-																																																																																																																																																																																																																												

Norma				Descrição da alteração				Impactos																																																																																																																																						
OCPC 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)				A Orientação Técnica OCPC 10, estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIOs), Emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Resolução CVM nº 223/2024, a orientação visa disciplinar os métodos e interpretações contábeis aplicáveis ao reconhecimento e mensuração desses ativos e passivos, sem abordar questões tributárias ou jurídicas.				A Companhia não possui transações com créditos de carbono.																																																																																																																																						
Alterações à IAS 21				Falta de Conversibilidade: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for.				A Companhia não identificou impactos sobre as demonstrações financeiras em função da referida norma.																																																																																																																																						
<p>3.6.2 Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e 2027: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Norma</th> <th>Descrição da alteração</th> <th>Vigência</th> <th>Impactos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros</td> <td>As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ESG").</td> <td>01/01/2026</td> <td>Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.</td> </tr> <tr> <td>IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação</td> <td>As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.</td> <td>01/01/2026</td> <td>Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.</td> </tr> <tr> <td>IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras</td> <td>A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. A norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos finais, incluindo o lucro operacional. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.</td> <td>01/01/2027</td> <td>A Companhia espera impactos na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18.</td> </tr> <tr> <td>IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem responsabilidade pública</td> <td>A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver prestação de contas pública e se a sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumpram as Normas IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para subsidiárias que optem por aplicá-la.</td> <td>01/01/2027</td> <td>Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.</td> </tr> </tbody> </table>												Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos	IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ESG").	01/01/2026	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.	IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.	IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. A norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos finais, incluindo o lucro operacional. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027	A Companhia espera impactos na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18.	IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem responsabilidade pública	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver prestação de contas pública e se a sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumpram as Normas IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para subsidiárias que optem por aplicá-la.	01/01/2027	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.																																																																																																															
Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos																																																																																																																																											
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ESG").	01/01/2026	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.																																																																																																																																											
IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.																																																																																																																																											
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. A norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos finais, incluindo o lucro operacional. A IFRS 18 também exige que a companhia divulgue explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027	A Companhia espera impactos na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18.																																																																																																																																											
IFRS 19: Divulgações de Subsidiárias sem responsabilidade pública	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Uma subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver prestação de contas pública e se a sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que cumpram as Normas IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para subsidiárias que optem por aplicá-la.	01/01/2027	Até o momento a Companhia não identificou impactos significativos.																																																																																																																																											
<p>Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3.7. Mudanças Tributárias Significativas: Em 2025, o Brasil avançou de forma relevante na Reforma Tributária, abrangendo tanto a tributação sobre o consumo quanto a tributação sobre a renda. No âmbito dos tributos sobre o consumo, a reforma foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, promovendo uma profunda reestruturação do sistema tributário. O novo modelo substitui tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS), ambos com características de não cumulatividade e baseados no modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição está previsto para ocorrer entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027. A legislação que cria o modelo tributário determina que PIS e COFINS serão extintos ao final de 2026, dando lugar à CBS em 2027. Com isso, a Administração entende que os saldos diferidos desses tributos não devem gerar obrigações futuras. Nesse cenário, a Companhia também avalia que o mecanismo de gross up da Receita Anual Permitida (RAP) - hoje refletido no ativo de concessão, tende a deixar de existir após a mudança tributária. Possíveis ajustes nesse ativo e no passivo diferido dependerão da definição final das regras aplicáveis e da resolução das incertezas atualmente existentes. Esse processo poderá envolver a emissão de orientação específica pela ANEEL, prevista para 2026. Qualquer impacto contábil só será reconhecido quando atender plenamente aos critérios das normas vigentes. No que se refere à reforma da tributação sobre a renda, destacam-se os seguintes pontos principais: (i) Aumento da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio, que passa de 15% para 17,5% a partir de janeiro de 2026, conforme previsto na Lei Complementar nº 224/2025; e (ii) A instituição do Imposto Mínimo Global à alíquota de 10% nos termos da Lei nº 15.079/2024, em alinhamento ao Pilar 2 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 promoveu alterações nas regras e nos limites de alguns incentivos fiscais, destacando-se: (i) Lucro Presumido, com aumento de 10% nas bases de presunção, sendo o IRPJ elevado de 8% para 8,8% e a CSLL de 12% para 13,20%, sobre a parcela da receita bruta anual que exceda 5 milhões de reais; (ii) REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura) - Suspensão da incidência de PIS e COFINS e, com a Reforma Tributária, da CBS e do IBS, sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e serviços vinculados aos projetos enquadrados no regime, além da redução da alíquota de 10% no benefício pago, a partir de abril de 2026; e (iii) Os incentivos fiscais concedidos no âmbito da SUDAM e da SUDENE, vinculados ao imposto sobre o lucro da exploração, sofreram redução de 10% para projetos aprovados a partir de janeiro de 2026. A redução desses benefícios fiscais, que incidem diretamente sobre a base de cálculo do imposto sobre o lucro da exploração, resulta no aumento da carga tributária efetiva e, consequentemente, na diminuição do lucro líquido após os impostos. A Companhia permanece acompanhando atentamente os desdobramentos da Reforma Tributária Brasileira e avaliando seus potenciais impactos, mantendo monitoramento contínuo para assegurar a conformidade com as futuras regulamentações, mitigar riscos e garantir a correta aplicação das novas regras durante a período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia já estruturou e colocou em produção a primeira entrega referente à inclusão do CBS e IBS estatísticos nas notas fiscais de saída, conforme previsto na legislação, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às novas exigências legais.</p>																																																																																																																																														
<p>4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>13</td> <td>39</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>12.731</td> <td>16.124</td> </tr> <tr> <td></td> <td>12.744</td> <td>16.163</td> </tr> <tr> <td>Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras</td> <td>31/12/2025</td> <td>31/12/2024</td> </tr> <tr> <td>CDB</td> <td>96,71% do CDI</td> <td>100% do CDI</td> </tr> </tbody> </table> <p>Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco significativo de mudança de valor.</p>													31/12/2025	31/12/2024	Caixa e bancos	13	39	Aplicações financeiras	12.731	16.124		12.744	16.163	Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2025	31/12/2024	CDB	96,71% do CDI	100% do CDI																																																																																																																	
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																												
Caixa e bancos	13	39																																																																																																																																												
Aplicações financeiras	12.731	16.124																																																																																																																																												
	12.744	16.163																																																																																																																																												
Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																												
CDB	96,71% do CDI	100% do CDI																																																																																																																																												
<p>5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Concessionárias e permissionárias</td> <td>14.266</td> <td>13.748</td> </tr> <tr> <td>Perdas de crédito esperadas (PCE)¹</td> <td>(2.138)</td> <td>(1.800)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>12.128</td> <td>11.948</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>11.651</td> <td>11.133</td> </tr> <tr> <td>Não circulante²</td> <td>477</td> <td>815</td> </tr> </tbody> </table> <p>¹O saldo se refere à identificação de risco na base de clientes e foi realizada conforme as melhores informações e expectativas da Administração. ²O saldo refere-se aos valores contestados por usuários acerca (i) de cobranças dos montantes determinados pelo ONS e (ii) de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais estão em discussão nas esferas administrativa e judicial.</p>													31/12/2025	31/12/2024	Concessionárias e permissionárias	14.266	13.748	Perdas de crédito esperadas (PCE) ¹	(2.138)	(1.800)		12.128	11.948	Circulante	11.651	11.133	Não circulante²	477	815																																																																																																																	
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																												
Concessionárias e permissionárias	14.266	13.748																																																																																																																																												
Perdas de crédito esperadas (PCE) ¹	(2.138)	(1.800)																																																																																																																																												
	12.128	11.948																																																																																																																																												
Circulante	11.651	11.133																																																																																																																																												
Não circulante²	477	815																																																																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2024</th> <th>Adição</th> <th>Baixa</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Movimentação da PCE</td> <td>(1.800)</td> <td>(437)</td> <td>99</td> <td>(2.138)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>31/12/2023</td> <td>Adição</td> <td></td> <td>31/12/2024</td> </tr> <tr> <td>Movimentação da PCE</td> <td>-</td> <td>(1.800)</td> <td>-</td> <td>(1.800)</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Saldo de clientes por vencimento</th> <th colspan="5">Valores Correntes</th> <th rowspan="2">31/12/2025</th> <th rowspan="2">31/12/2024</th> </tr> <tr> <th>Corrente a vencer</th> <th colspan="4">Corrente Vencida</th> </tr> <tr> <td></td> <td>Até 60 dias</td> <td>Até 90 dias</td> <td>De 91 a 180 dias</td> <td>De 181 a 360 dias</td> <td>Mais de 360 dias</td> <td></td> <td></td> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Encargos de Uso da Rede Elétrica</td> <td>10.368</td> <td>43</td> <td>177</td> <td>319</td> <td>1.221</td> <td>12.128</td> <td>11.948</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os critérios de avaliação para contabilização das perdas de crédito esperadas estão descritos na nota explicativa nº 16.5. Principais características do contrato de concessão: Receita Anual Permitida (RAP) - A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora tem direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. Parcela variável - As receitas de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estarão sujeitas a descontos, mediante redução em base mensal, refletindo o período de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme método disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 846, de 11 de junho de 2019, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se ao Poder Concedente, a seu exclusivo critério, prorrogar o contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, observadas as condições previstas nos contratos de concessão e na legislação e regulamentação vigentes, em caso de relicitação do empreendimento em fim de vigência, serão indenizados pela vencedora do certame à antiga transmissora, nos termos do Edital da Licitação a ser editado pela ANEEL. Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora. Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações. Estrutura de formação da RAP - A concessão da linha de transmissão de energia em operação é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica.</p> <p>* Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ciclo 2025-2026</th> <th>Ciclo 2024-2025</th> <th>Ciclo 2023-2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resolução nº 3.481 de 15/07/2025</td> <td>Resolução nº 3.348 de 16/07/2024</td> <td>Resolução nº 3.216 de 04/07/2023</td> </tr> <tr> <td>Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026</td> <td>Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025</td> <td>Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024</td> </tr> <tr> <td>RAP¹</td> <td>PA²</td> <td>Total</td> </tr> <tr> <td>119.873²</td> <td>(4.084)</td> <td>115.789</td> </tr> <tr> <td></td> <td>113.818²</td> <td>(4.694)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>108.924</td> <td>109.518²</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>(3.848)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>105.670</td> </tr> </tbody> </table> <p>¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos. ²Parcela de Ajuste.</p>													31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025	Movimentação da PCE	(1.800)	(437)	99	(2.138)		31/12/2023	Adição		31/12/2024	Movimentação da PCE	-	(1.800)	-	(1.800)	Saldo de clientes por vencimento	Valores Correntes					31/12/2025	31/12/2024	Corrente a vencer	Corrente Vencida					Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			Encargos de Uso da Rede Elétrica	10.368	43	177	319	1.221	12.128	11.948	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025	Ciclo 2023-2024	Resolução nº 3.481 de 15/07/2025	Resolução nº 3.348 de 16/07/2024	Resolução nº 3.216 de 04/07/2023	Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026	Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024	RAP ¹	PA ²	Total	119.873 ²	(4.084)	115.789		113.818 ²	(4.694)		108.924	109.518 ²			(3.848)			105.670																																																							
	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025																																																																																																																																										
Movimentação da PCE	(1.800)	(437)	99	(2.138)																																																																																																																																										
	31/12/2023	Adição		31/12/2024																																																																																																																																										
Movimentação da PCE	-	(1.800)	-	(1.800)																																																																																																																																										
Saldo de clientes por vencimento	Valores Correntes					31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																							
	Corrente a vencer	Corrente Vencida																																																																																																																																												
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias																																																																																																																																									
Encargos de Uso da Rede Elétrica	10.368	43	177	319	1.221	12.128	11.948																																																																																																																																							
Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025	Ciclo 2023-2024																																																																																																																																												
Resolução nº 3.481 de 15/07/2025	Resolução nº 3.348 de 16/07/2024	Resolução nº 3.216 de 04/07/2023																																																																																																																																												
Período: de 01/07/2025 a 30/06/2026	Período: de 01/07/2024 a 30/06/2025	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024																																																																																																																																												
RAP ¹	PA ²	Total																																																																																																																																												
119.873 ²	(4.084)	115.789																																																																																																																																												
	113.818 ²	(4.694)																																																																																																																																												
	108.924	109.518 ²																																																																																																																																												
		(3.848)																																																																																																																																												
		105.670																																																																																																																																												
<p>5.1 Inadimplência extraordinária: A Lei nº 14.120/2021 estabeleceu a redução gradual do benefício que concedia nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e de Transmissão (TUST) para usinas de fontes renováveis, o que levou muitos empreendedores a solicitarem outorga rapidamente para manter o benefício. No entanto, grande parte desses projetos não conseguiram cumprir os prazos de entrada em operação, resultando em inadimplência desses usuários. Para evitar que essa inadimplência gerasse impacto financeiro às transmissoras, a ANEEL publicou normas excepcionais para tratar os encargos rescisórios e, junto ao ONS, passou a exigir garantias financeiras na assinatura dos CUST. Essas medidas buscam reduzir a entrada de projetos sem viabilidade econômico-financeira e mitigar o risco de novos inadimplentes.</p>																																																																																																																																														
<p>6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="6">Mutações do ativo de contrato de concessão</th> </tr> <tr> <th>Linha de transmissão</th> <th>31/12/2024</th> <th>Remuneração</th> <th>Correção monetária</th> <th>Realização</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Padre Paraiso 2 - Governador Valadares 6 C2</td> <td>1.065.120</td> <td>82.268</td> <td>45.226</td> <td>(98.817)</td> <td>1.093.797</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>93.311</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>97.879</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>971.809</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>995.918</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="6">Mutações do ativo de contrato de concessão</th> </tr> <tr> <th>Linha de transmissão</th> <th>31/12/2023</th> <th>Remuneração</th> <th>Correção monetária</th> <th>Realização</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Padre Paraiso 2 - Governador Valadares 6 C2</td> <td>1.025.968</td> <td>80.072</td> <td>53.517</td> <td>(94.437)</td> <td>1.065.120</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>89.384</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>93.311</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>936.584</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>971.809</td> </tr> </tbody> </table>												Mutações do ativo de contrato de concessão						Linha de transmissão	31/12/2024	Remuneração	Correção monetária	Realização	31/12/2025	Padre Paraiso 2 - Governador Valadares 6 C2	1.065.120	82.268	45.226	(98.817)	1.093.797	Circulante	93.311				97.879	Não circulante	971.809				995.918	Mutações do ativo de contrato de concessão						Linha de transmissão	31/12/2023	Remuneração	Correção monetária	Realização	31/12/2024	Padre Paraiso 2 - Governador Valadares 6 C2	1.025.968	80.072	53.517	(94.437)	1.065.120	Circulante	89.384				93.311	Não circulante	936.584				971.809																																																																							
Mutações do ativo de contrato de concessão																																																																																																																																														
Linha de transmissão	31/12/2024	Remuneração	Correção monetária	Realização	31/12/2025																																																																																																																																									
Padre Paraiso 2 - Governador Valadares 6 C2	1.065.120	82.268	45.226	(98.817)	1.093.797																																																																																																																																									
Circulante	93.311				97.879																																																																																																																																									
Não circulante	971.809				995.918																																																																																																																																									
Mutações do ativo de contrato de concessão																																																																																																																																														
Linha de transmissão	31/12/2023	Remuneração	Correção monetária	Realização	31/12/2024																																																																																																																																									
Padre Paraiso 2 - Governador Valadares 6 C2	1.025.968	80.072	53.517	(94.437)	1.065.120																																																																																																																																									
Circulante	89.384				93.311																																																																																																																																									
Não circulante	936.584				971.809																																																																																																																																									
<p>7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras</td> <td>1.181</td> <td>4.874</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>83</td> <td>41</td> </tr> <tr> <td>Ativo circulante</td> <td>1.264</td> <td>4.915</td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSLL correntes</td> <td>15.863</td> <td>2.957</td> </tr> <tr> <td>Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF</td> <td>-</td> <td>6.699</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>1.013</td> <td>715</td> </tr> <tr> <td>Passivo circulante</td> <td>16.876</td> <td>10.371</td> </tr> </tbody> </table>													31/12/2025	31/12/2024	IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	1.181	4.874	Outros	83	41	Ativo circulante	1.264	4.915	IRPJ e CSLL correntes	15.863	2.957	Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	6.699	Outros	1.013	715	Passivo circulante	16.876	10.371																																																																																																											
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																												
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	1.181	4.874																																																																																																																																												
Outros	83	41																																																																																																																																												
Ativo circulante	1.264	4.915																																																																																																																																												
IRPJ e CSLL correntes	15.863	2.957																																																																																																																																												
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	6.699																																																																																																																																												
Outros	1.013	715																																																																																																																																												
Passivo circulante	16.876	10.371																																																																																																																																												
<p>8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - ativo¹</td> <td>5.633</td> <td>6.329</td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo²</td> <td>(224.552)</td> <td>(228.194)</td> </tr> <tr> <td>Efeito líquido no balanço - IRPJ e CSLL - passivo</td> <td>(218.919)</td> <td>(221.865)</td> </tr> </tbody> </table> <p>¹Valores substancialmente relacionados a provisões indutíveis. ²Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos</th> <th>2026</th> <th>2027</th> <th>2028</th> <th>TOTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Diferenças temporárias</td> <td>2.929</td> <td>1.363</td> <td>1.341</td> <td>5.633</td> </tr> </tbody> </table>													31/12/2025	31/12/2024	IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - ativo ¹	5.633	6.329	IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo ²	(224.552)	(228.194)	Efeito líquido no balanço - IRPJ e CSLL - passivo	(218.919)	(221.865)	Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2026	2027	2028	TOTAL	Diferenças temporárias	2.929	1.363	1.341	5.633																																																																																																													
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																												
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - ativo ¹	5.633	6.329																																																																																																																																												
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo ²	(224.552)	(228.194)																																																																																																																																												
Efeito líquido no balanço - IRPJ e CSLL - passivo	(218.919)	(221.865)																																																																																																																																												
Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2026	2027	2028	TOTAL																																																																																																																																										
Diferenças temporárias	2.929	1.363	1.341	5.633																																																																																																																																										
<p>9. TRIBUTOS INDIRETOS DIFERIDOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tributos indiretos diferidos - passivo não circulante¹</td> <td>100.071</td> <td>97.497</td> </tr> </tbody> </table> <p>¹Valores referentes à aplicação do CPC 47.</p>													31/12/2025	31/12/2024	Tributos indiretos diferidos - passivo não circulante ¹	100.071	97.497																																																																																																																													
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																												
Tributos indiretos diferidos - passivo não circulante ¹	100.071	97.497																																																																																																																																												
<p>10. FORNECEDORES</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão - Passivo Circulante</td> <td>9.302</td> <td>10.646</td> </tr> </tbody> </table>													31/12/2025	31/12/2024	Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão - Passivo Circulante	9.302	10.646																																																																																																																													
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																												
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão - Passivo Circulante	9.302	10.646																																																																																																																																												
<p>11. PARTES RELACIONADAS</p> <p>I - Outras Contas a Receber - OCR, Outras Contas a Pagar - OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP:</p> <p>a) Ativos e receitas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas</th> </tr> <tr> <th>Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte</th> <th>Valor original</th> <th>Período de vigência</th> <th>Período de vigência</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Transações com controladora e controladora indireta</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>1 OCR x Outras receitas - Reembolso de despesas - Taesa</td> <td>N/A</td> <td></td> <td>N/A</td> </tr> <tr> <td>2 CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("CPST") - CEMIG</td> <td>Valores apurados pela ONS mensalmente através do relatório de aviso de crédito</td> <td></td> <td>Até o término da concessão.</td> </tr> </tbody> </table> <p>Não existe inadimplência nos saldos em aberto que necessite a constituição de PCE.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">TÍTULOS</th> <th rowspan="2">Contratos e outras transações</th> <th colspan="2">Ativo</th> <th colspan="2">Receitas</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>Transações com controladora e controladora indireta</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Reembolso de despesas - Taesa</td> <td>3</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>CPST - CEMIG</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>6.276</td> <td>6.126</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>3</td> <td>-</td> <td>6.276</td> <td>6.126</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) Passivos e despesas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="5">Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas</th> </tr> <tr> <th>Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte</th> <th>Valor original</th> <th>Período de vigência</th> <th>Atualização monetária</th> <th>Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="5">Transações com controladora e empresa ligada</td> </tr> <tr> <td>OCP x Outras despesas - O&M - Taesa</td> <td>R\$23 Valor mensal</td> <td>16/02/2022 a 16/02/2027</td> <td>Atualização anual pelo IPCA.</td> <td>Inadimplimento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.</td> </tr> <tr> <td>OCP x Outras despesas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - Taesa</td> <td>N/A</td> <td>16/02/2022 a 01/12/2026</td> <td>Atualização anual pelo IGP-M.</td> <td>Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.</td> </tr> <tr> <td>OCP x Custo com pessoal - Previdência privada - Forluz</td> <td>Investimento conforme opção do funcionário</td> <td>29/07/2021 - término indeterminado</td> <td>N/A</td> <td>O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria PREVIC nº 517, de 29 de julho de 2021 e publicado no Diário Oficial da União em: 02/08/2021 Edição: 144 Seção: 1 Página: 27</td> </tr> <tr> <td>OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>N/A</td> <td>Não houve.</td> </tr> </tbody> </table>												Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Período de vigência	Transações com controladora e controladora indireta				1 OCR x Outras receitas - Reembolso de despesas - Taesa	N/A		N/A	2 CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("CPST") - CEMIG	Valores apurados pela ONS mensalmente através do relatório de aviso de crédito		Até o término da concessão.	TÍTULOS	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		Transações com controladora e controladora indireta					1	Reembolso de despesas - Taesa	3	-	-	-	2	CPST - CEMIG	-	-	6.276	6.126			3	-	6.276	6.126	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes	Transações com controladora e empresa ligada					OCP x Outras despesas - O&M - Taesa	R\$23 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplimento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.	OCP x Outras despesas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - Taesa	N/A	16/02/2022 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.	OCP x Custo com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	29/07/2021 - término indeterminado	N/A	O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria PREVIC nº 517, de 29 de julho de 2021 e publicado no Diário Oficial da União em: 02/08/2021 Edição: 144 Seção: 1 Página: 27	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa	N/A	N/A	N/A	Não houve.																																										
Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas																																																																																																																																														
Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Período de vigência																																																																																																																																											
Transações com controladora e controladora indireta																																																																																																																																														
1 OCR x Outras receitas - Reembolso de despesas - Taesa	N/A		N/A																																																																																																																																											
2 CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("CPST") - CEMIG	Valores apurados pela ONS mensalmente através do relatório de aviso de crédito		Até o término da concessão.																																																																																																																																											
TÍTULOS	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas																																																																																																																																										
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																									
	Transações com controladora e controladora indireta																																																																																																																																													
1	Reembolso de despesas - Taesa	3	-	-	-																																																																																																																																									
2	CPST - CEMIG	-	-	6.276	6.126																																																																																																																																									
		3	-	6.276	6.126																																																																																																																																									
Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas																																																																																																																																														
Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes																																																																																																																																										
Transações com controladora e empresa ligada																																																																																																																																														
OCP x Outras despesas - O&M - Taesa	R\$23 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplimento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.																																																																																																																																										
OCP x Outras despesas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - Taesa	N/A	16/02/2022 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.																																																																																																																																										
OCP x Custo com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	29/07/2021 - término indeterminado	N/A	O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria PREVIC nº 517, de 29 de julho de 2021 e publicado no Diário Oficial da União em: 02/08/2021 Edição: 144 Seção: 1 Página: 27																																																																																																																																										
OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa	N/A	N/A	N/A	Não houve.																																																																																																																																										
<p>RENTABILIDADE</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Contratos e outras transações</th> <th colspan="2">Passivo</th> <th colspan="2">Custo e Despesa</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="5">Transações com controladora e empresa ligada</td> </tr> <tr> <td>1 Serviços de O&M - Taesa</td> <td>31</td> <td>27</td> <td>385</td> <td>325</td> </tr> <tr> <td>2 Serviços de Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa</td> <td>749</td> <td>633</td> <td>3.080</td> <td>3.117</td> </tr> <tr> <td>3 Previdência privada - Custo - Forluz</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>5</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>4 Reembolso de despesas - Taesa</td> <td>17</td> <td>126</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>797</td> <td>786</td> <td>3.470</td> <td>3.446</td> </tr> </tbody> </table>												Contratos e outras transações	Passivo		Custo e Despesa		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Transações com controladora e empresa ligada					1 Serviços de O&M - Taesa	31	27	385	325	2 Serviços de Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	749	633	3.080	3.117	3 Previdência privada - Custo - Forluz	-	-	5	4	4 Reembolso de despesas - Taesa	17	126	-	-		797	786	3.470	3.446																																																																																												
Contratos e outras transações	Passivo		Custo e Despesa																																																																																																																																											
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																										
Transações com controladora e empresa ligada																																																																																																																																														
1 Serviços de O&M - Taesa	31	27	385	325																																																																																																																																										
2 Serviços de Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	749	633	3.080	3.117																																																																																																																																										
3 Previdência privada - Custo - Forluz	-	-	5	4																																																																																																																																										
4 Reembolso de despesas - Taesa	17	126	-	-																																																																																																																																										
	797	786	3.470	3.446																																																																																																																																										
<p>II - Dividendos a pagar:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Dividendos a Pagar</th> <th colspan="2">31/12/2024</th> <th colspan="2">Adição</th> <th colspan="2">Pagamento</th> <th rowspan="2">31/12/2025</th> </tr> <tr> <th>JCP</th> <th>Total</th> <th>Dividendos</th> <th>Dividendos</th> <th>JCP¹</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>TAESA</td> <td>18.711</td> <td>18.711</td> <td>144.678</td> <td>(144.678)</td> <td>(18.711)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>ISA BRASIL</td> <td>18.711</td> <td>18.711</td> <td>144.678</td> <td>(144.678)</td> <td>(18.711)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>37.422</td> <td>37.422</td> <td>289.356</td> <td>(289.356)</td> <td>(37.422)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Dividendos a pagar</th> <th colspan="2">31/12/2023</th> <th colspan="2">Adição</th> <th colspan="2">Pagamento</th> <th rowspan="2">31/12/2024</th> </tr> <tr> <th>Dividendos</th> <th>Total</th> <th>Dividendos</th> <th>JCP¹</th> <th>Dividendos</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Taesa</td> <td>9.642</td> <td>9.642</td> <td>31.800</td> <td>22.013</td> <td>(41.442)</td> <td>(3.302)</td> <td>18.711</td> </tr> <tr> <td>Isa Brasil</td> <td>9.642</td> <td>9.642</td> <td>31.800</td> <td>22.013</td> <td>(41.442)</td> <td>(3.302)</td> <td>18.711</td> </tr> <tr> <td></td> <td>19.284</td> <td>19.284</td> <td>63.600</td> <td>44.026</td> <td>(82.884)</td> <td>(6.604)</td> <td>37.422</td> </tr> </tbody> </table> <p>¹ Os juros sobre capital próprio-JCP estão apresentados bruto do Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF. ² Considera o valor de R\$6.604 a título de retenção do IRRF sobre os JCP aprovados em 20 de dezembro de 2024.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Aprovação de dividendos</th> <th>Data de aprovação</th> <th>Órgão de aprovação</th> <th>Montante</th> <th>Data de pagamento</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dividendos intercalares</td> <td>14/07/2025</td> <td>AGE</td> <td>45.226</td> <td>15/07/2025</td> </tr> <tr> <td>Dividendos intercalares</td> <td>19/11/2025</td> <td>AGE</td> <td>11.086</td> <td>26/11/2025</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>56.312</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos intermediários</td> <td>14/07/2025</td> <td>AGE</td> <td>220.779</td> <td>15/07/2025</td> </tr> <tr> <td>Dividendos intermediários</td> <td>19/11/2025</td> <td>AGE</td> <td>12.265</td> <td>26/11/2025</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>233.044</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros sobre capital próprio</td> <td></td> <td></td> <td>289.356</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>44.026</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros sobre capital próprio</td> <td>20/12/2024</td> <td>AGE</td> <td>44.026</td> <td>31/07/2025</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>44.026</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>Os dividendos intercalares declarados foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das sociedades por ações. III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração: Em 2025 e 2024, não houve remuneração da administração da Companhia. Os diretores executivos são remunerados pelos acionistas que representam.</p>												Dividendos a Pagar	31/12/2024		Adição		Pagamento		31/12/2025	JCP	Total	Dividendos	Dividendos	JCP ¹		TAESA	18.711	18.711	144.678	(144.678)	(18.711)	-	-	ISA BRASIL	18.711	18.711	144.678	(144.678)	(18.711)	-	-		37.422	37.422	289.356	(289.356)	(37.422)	-	-	Dividendos a pagar	31/12/2023		Adição		Pagamento		31/12/2024	Dividendos	Total	Dividendos	JCP ¹	Dividendos		Taesa	9.642	9.642	31.800	22.013	(41.442)	(3.302)	18.711	Isa Brasil	9.642	9.642	31.800	22.013	(41.442)	(3.302)	18.711		19.284	19.284	63.600	44.026	(82.884)	(6.604)	37.422	Aprovação de dividendos	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Montante	Data de pagamento	Dividendos intercalares	14/07/2025	AGE	45.226	15/07/2025	Dividendos intercalares	19/11/2025	AGE	11.086	26/11/2025				56.312		Dividendos intermediários	14/07/2025	AGE	220.779	15/07/2025	Dividendos intermediários	19/11/2025	AGE	12.265	26/11/2025				233.044		Juros sobre capital próprio			289.356					44.026		Juros sobre capital próprio	20/12/2024	AGE	44.026	31/07/2025				44.026	
Dividendos a Pagar	31/12/2024		Adição		Pagamento		31/12/2025																																																																																																																																							
	JCP	Total	Dividendos	Dividendos	JCP ¹																																																																																																																																									
TAESA	18.711	18.711	144.678	(144.678)	(18.711)	-	-																																																																																																																																							
ISA BRASIL	18.711	18.711	144.678	(144.678)	(18.711)	-	-																																																																																																																																							
	37.422	37.422	289.356	(289.356)	(37.422)	-	-																																																																																																																																							
Dividendos a pagar	31/12/2023		Adição		Pagamento		31/12/2024																																																																																																																																							
	Dividendos	Total	Dividendos	JCP ¹	Dividendos																																																																																																																																									
Taesa	9.642	9.642	31.800	22.013	(41.442)	(3.302)	18.711																																																																																																																																							
Isa Brasil	9.642	9.642	31.800	22.013	(41.442)	(3.302)	18.711																																																																																																																																							
	19.284	19.284	63.600	44.026	(82.884)	(6.604)	37.422																																																																																																																																							
Aprovação de dividendos	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Montante	Data de pagamento																																																																																																																																										
Dividendos intercalares	14/07/2025	AGE	45.226	15/07/2025																																																																																																																																										
Dividendos intercalares	19/11/2025	AGE	11.086	26/11/2025																																																																																																																																										
			56.312																																																																																																																																											
Dividendos intermediários	14/07/2025	AGE	220.779	15/07/2025																																																																																																																																										
Dividendos intermediários	19/11/2025	AGE	12.265	26/11/2025																																																																																																																																										
			233.044																																																																																																																																											
Juros sobre capital próprio			289.356																																																																																																																																											
			44.026																																																																																																																																											
Juros sobre capital próprio	20/12/2024	AGE	44.026	31/07/2025																																																																																																																																										
			44.026																																																																																																																																											
<p>12. DEBENTURES</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Emissões</th> <th rowspan="2">Quantidade</th> <th rowspan="2">Eventos de Pagamentos</th> <th rowspan="2">Remuneração</th> <th rowspan="2">Emissão</th> <th rowspan="2">Vencimento</th> <th colspan="4">31/12/2025</th> </tr> <tr> <th>Custo a apropriar</th> <th>Principal</th> <th>Juros</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="10">Moeda nacional-R\$</td> </tr> <tr> <td>Bradesco - 1ª emissão - 1ª Série</td> <td>201.000</td> <td>Juros em 15/12 e 15/06 de cada ano e amortização em 15/06/2030</td> <td>CDI + 0,50%</td> <td>26/06/2025</td> <td>17/06/2030</td> <td>(451)</td> <td>201.000</td> <td>1.266</td> <td>201.815</td> </tr> <tr> <td>Bradesco - 1ª emissão - 2ª Série</td> <td>49.000</td> <td>Juros em 15/12 e 15/06 de cada ano e amortização em 15/06/2030 e 15/06/2032</td> <td>CDI + 0,59%</td> <td>26/06/2025</td> <td>15/06/2032</td> <td>(451)</td> <td>49.000</td> <td>311</td> <td>48.860</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(902)</td> <td>250.000</td> <td>1.577</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>250.675</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1.413</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>249.262</td> </tr> </tbody> </table>												Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão	Vencimento	31/12/2025				Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Moeda nacional-R\$										Bradesco - 1ª emissão - 1ª Série	201.000	Juros em 15/12 e 15/06 de cada ano e amortização em 15/06/2030	CDI + 0,50%	26/06/2025	17/06/2030	(451)	201.000	1.266	201.815	Bradesco - 1ª emissão - 2ª Série	49.000	Juros em 15/12 e 15/06 de cada ano e amortização em 15/06/2030 e 15/06/2032	CDI + 0,59%	26/06/2025	15/06/2032	(451)	49.000	311	48.860								(902)	250.000	1.577										250.675										1.413										249.262																																															
Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão	Vencimento	31/12/2025																																																																																																																																								
						Custo a apropriar	Principal	Juros	Total																																																																																																																																					
Moeda nacional-R\$																																																																																																																																														
Bradesco - 1ª emissão - 1ª Série	201.000	Juros em 15/12 e 15/06 de cada ano e amortização em 15/06/2030	CDI + 0,50%	26/06/2025	17/06/2030	(451)	201.000	1.266	201.815																																																																																																																																					
Bradesco - 1ª emissão - 2ª Série	49.000	Juros em 15/12 e 15/06 de cada ano e amortização em 15/06/2030 e 15/06/2032	CDI + 0,59%	26/06/2025	15/06/2032	(451)	49.000	311	48.860																																																																																																																																					
							(902)	250.000	1.577																																																																																																																																					
									250.675																																																																																																																																					
									1.413																																																																																																																																					
									249.262																																																																																																																																					





Interligação Elétrica Aimorés S.A.

CNPJ nº 26.707.830/0001-47

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Interligação Elétrica Aimorés S.A. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Aimorés S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>